

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

Ronyere Ferreira¹

RESUMO

Esse artigo analisa as representações sobre as práticas políticas oitocentistas presentes no livro **História de Teresina**, de Clodoaldo Freitas. Na obra, o autor elaborou narrativas sobre o passado, as quais se apresentam como mecanismos de registro, mas também de divulgação do seu ideário político, estando elas inseridas em seu contexto de produção, à luz do qual se revestem de significados relevantes para se compreender sua escrita, seu tempo e as disputas de memória. No decorrer do texto dialogamos com Queiroz (2011, 2019), Schwarcz (2012, 2019), Carvalho (2017a, 2017b) e Chalhoub (2003).

Palavras-chave: História. Memória. Política. Clodoaldo Freitas.

HISTORY, LITERATURE AND MEMORY: Clodoaldo Freitas and narratives about the making of politics in the 19th century

ABSTRACT

This article analyzes the representations of nineteenth-century political practices in the book *História de Teresina*, by Clodoaldo Freitas. In the work, the author elaborated narratives about the past, which are presented as mechanisms for recording, but also for disseminating his political ideas, which are inserted in his production context, in light of which they have relevant meanings to understand its writing, its timing and memory disputes. Throughout the text, we dialogued with Queiroz (2011, 2019), Schwarcz (2012, 2019), Carvalho (2017a, 2017b) and Chalhoub (2003).

Keywords: History; Memory; Policy; Clodoaldo Freitas.

HISTORIA, LITERATURA Y MEMORIA: Clodoaldo Freitas y las narrativas sobre hacer política en el siglo XIX

RESUMEN

Este artículo analiza las representaciones de las prácticas políticas decimonónicas presentes en el libro *História de Teresina*, de Clodoaldo Freitas. En la obra, el autor elabora narrativas sobre el pasado, que se presentan como mecanismos de registro, pero también de difusión de sus ideales políticos, insertándose en su contexto de producción, a la luz de los cuales se revisten de significados relevantes para comprender su escritura, su tiempo y disputas de memoria. A lo largo del texto dialogamos con Queiroz (2011, 2019), Schwarcz (2012, 2019), Carvalho (2017a, 2017b) y Chalhoub (2003).

Palabras clave: Historia; Memoria; Política; Clodoaldo Freitas.

¹ Doutorando em História na Universidade Federal do Piauí. Integrante dos grupos de pesquisa “História, teatro, música e estética” (UFPI) e “História social da cultura: literatura, imprensa e sociedade” (UNIFESP), ambos cadastrados no CNPq. Coorganizou as coletâneas **História e arte: teatro, cinema e literatura** (EDUFPI, 2017), **Ateliê da História** (EDUFPI, 2019) e **História, teatro e experiências estético-políticas** (Mentes Abertas, 2019). Contato: rony-001@hotmail.com .

Durante as primeiras décadas do século XX se desenrolou um processo de realinhamento da sociedade brasileira, movimento que se manifestou até mesmo no campo das ideias, no qual ocorreu o desenvolvimento e a divulgação de reflexões inspiradas em teorias científicas oriundas do século XIX, sobretudo as ciências naturais, que deram os parâmetros explicativos para a compreensão da sociedade e que se manifestaram até mesmo nos registros literários² Parcialmente beneficiados pelas novas técnicas de impressão, ampliação do número de publicações periódicas, de livros e do seu público consumidor, diversos intelectuais utilizaram poesias, contos, crônicas, romances, textos de cunho jurídico e histórico para refletir sobre os rumos sociais e políticos.

Assim como o presente, o passado se tornou matéria de observação, debate e polêmica, a ponto de diversos homens de letras se dedicarem a resgatar personalidades e acontecimentos. No Piauí, esse esforço foi empreendido, tanto por intelectuais consagrados como por jovens escritores, interesse que se voltava especialmente para os grandes personagens, acontecimentos e instituições, mas que também contemplava práticas culturais, como a literatura e o teatro. Essas incursões na história devem-se ao seu papel de construtora da memória social, argamassa de heróis e vilões nos tempos republicanos. A história, nesse período de símbolos e alegorias, era o campo da construção ou destituição de mitos.

Clodoaldo Freitas³ se mostrou representativo desse grupo que se voltou ao passado para reexaminá-lo à luz dos documentos, dos testemunhos pessoais e das subjetividades. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, foi militante político na década final do império e nas primeiras décadas da república, tornando-se testemunha de parte significativa das disputas políticas e sociais do seu tempo. Um migrante contumaz, atuou ativamente na imprensa de diversos estados, como Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Rio de Janeiro, publicando poesias, romances, crônicas, conferências e textos de cunho jurídico e histórico, destes, destacam-se entre os preservados: **Vultos piauienses**, **Fatores do coelhado**, **A Balaiada** e **História de Teresina**, o último publicado originalmente em forma de folhetim entre março de 1911 e abril de 1912, nas páginas do **Diário do Piauí**.

² QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011. P. 157.

³ Clodoaldo Severo Conrado de Freitas nasceu em Oeiras, em 7 de setembro de 1855, e faleceu em Teresina, em 29 de junho de 1924. Formado pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como magistrado, jornalista, político, poeta, historiador, romancista e cronista. Integrou o Partido Liberal, no Império, e o Partido Democrata, nos primeiros anos da república. Foi deputado estadual no Pará e chefe de polícia no Piauí e no Maranhão. Foi um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras e da Academia Piauiense de Letras. Cf.: QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas, senhor da palavra. In: FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. 2. ed. São Paulo: Mentis Abertas, 2020. p. 421-479.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

Embora a obra de Clodoaldo Freitas, seja de ficção ou não ficção, consista em um testemunho relevante para o entendimento de sua trajetória e dos processos sociais que presenciou, nosso interesse se situa especialmente em sua reflexão sobre o passado, uma vez que o objetivo é compreender seus mecanismos de seleção, registro e construção de imagens, personagens e acontecimentos. Para tanto, analisamos a sua principal obra historiográfica, **História de Teresina**, cotejando com suas outras produções e suas experiências sociais, no intuito de identificar ressonâncias ideológicas, políticas e subjetivas. Primeiramente, identificamos o lugar do autor dentro da produção do conhecimento histórico e até que ponto se enquadrou no estatuto historiográfico predominante. Depois, analisamos as imagens construídas em relação às personalidades políticas imperiais, que se diferenciaram conforme o lugar que ocuparam no bipartidarismo monárquico.

272

Clodoaldo Freitas e o fazer historiográfico

Em alguma medida os textos historiográficos de Clodoaldo Freitas são autobiográficos, memorialísticos e subjetivos. Essa afirmação não exclui o propósito de serem e se afirmarem como um conhecimento postulante à verdade, para tanto, o autor dialogou com o estatuto historiográfico de seu tempo, segundo o qual a história, mais do que interpretação ou uma versão entre outras possíveis, era compreendida como um registro do passado, baseado em documentos escritos, especialmente os oficiais, capazes de atestar os acontecimentos narrados.

Esse paradigma tradicional que constituiu uma hegemonia entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, abrangendo todo o período de produção intelectual de Clodoaldo Freitas, pode ser caracterizado como uma narrativa baseada em documentos; uma apresentação objetiva dos fatos conforme teriam acontecido; e uma história essencialmente política, relacionada aos feitos do Estado, portanto, detentora de uma perspectiva de cima, concentrada “nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos”.⁴

Embora não fosse um historiador profissional, certamente conheceu e utilizou alguns dos métodos difundidos, comungando com parte de suas premissas e construindo narrativas pretensamente objetivas, descritivas e narrativas, com nós de memorialismo e privilegiando determinadas dimensões próximas ao poder, “dos fatos biográficos, políticos,

⁴ BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 9-17.

diplomáticos e militares.” Essas narrativas possuíam um caráter “muito nacionalista e até ‘chauvinista’, vinculando-se de perto aos interesses do Estado e às suas visões e aos objetivos daqueles tempos, de preparar ‘bons cidadãos’ e reforçar neles a consciência nacional e até patriótica”.⁵ Ao passo que utilizou documentos oficiais, coloriu seu texto com fontes não convencionais e apresentou elementos sociais que, apesar de não excluídos, eram tidos como secundários pela historiografia tradicional. Segundo Teresinha Queiroz,

Um dos traços marcantes dessa historiografia tradicional é o voltar-se para os feitos grandiosos, para os personagens de destaque nas esferas da política e da guerra. Na tradição historiográfica, a maioria dos profissionais olhava o processo social dessa maneira, e muitos continuam a vê-lo desse modo. Essa forma de história, vinda do século XIX, porém ainda tão presente [década de 1950], tinha como objetos de investigação o Estado, a política, os grandes personagens e eventos ligados à constituição do processo das nacionalidades, conferindo ênfase às dimensões diversas da política. Olhava-se e tentava-se compreender o fenômeno da emergência e consolidação do Estado-Nação.⁶

Sob esses fundamentos, encontramos em **História de Teresina** frequentes e exaustivas menções e transcrições dos documentos consultados, trata-se de um *corpus* documental extenso, formado especialmente por documentos oficiais, algumas dezenas de relatórios ou mensagens dos chefes do executivo e de seus auxiliares diretos, além de volumoso acervo de leis, decretos, regulamentos e ofícios referentes à educação, saúde, filantropia, religião e obras públicas, material consultado pelo autor no arquivo da Secretaria de Governo e no Arquivo e Biblioteca Pública do Piauí, neste, enquanto foi o seu primeiro diretor, após ser criado no governo de Antonino Freire.⁷

De forma mais tímida, mas nem por isso menos importante, utilizou a imprensa para complementar as informações e corroborar sua escrita, citando nominalmente cinco periódicos dos quais retirou informações direta e indiretamente, são eles *Província do Piauí*, *A Imprensa*, *A Falange*, *O Democrata* e *O Monitor*, veículos que circularam em diferentes períodos entre 1872 e 1912. Essas fontes periódicas, menosprezadas no âmbito de uma história científica, por serem consideradas excessivamente parciais e ideológicas, foram utilizadas tanto por

⁵ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Tese sobre o itinerário da historiografia do século 20: uma visão numa perspectiva de longa duração. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. São Paulo: EDUSC, 2007. p. 13-30.

⁶ QUEIROZ, Teresinha. De amor e de livros [prefácio]. In: CHAVES, Mons. Joaquim. **Obra completa**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2013. p. 13)

⁷ Antonino Freire nasceu em Amarante (PI), em 10 de maio de 1876, faleceu em Teresina, em 15 de setembro de 1934. Formado em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, atuou como jornalista, diretor de obras públicas, vice-governador e governador do Piauí. Assumiu o governo em 15 de março de 1910, eleito, após recusar tomar posse após a morte de seu antecessor, Anísio Auto de Abreu. Foi sucedido a partir de 1º de janeiro de 1912 por Miguel Rosa. Foi eleito deputado e senador pelo Piauí. Cf.: CHAVES, Mons. Joaquim. **Obra completa**. 2. ed. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2013. p. 581-590.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

historiadores profissionais como por autores de biografias, esboços históricos e outros tipos de não ficção.

Localmente, além de Clodoaldo Freitas, que o fez sistematicamente tanto em **História de Teresina** como em outros estudos, podemos citar Elias Martins⁸ e Higino Cunha.⁹ Em seu folheto **O teatro em Teresina**, Higino Cunha (1922) apresentou os principais acontecimentos relacionados ao teatro, como as polêmicas, as formações das companhias locais, as atrizes visitantes e os autores que se destacaram. Elias Martins, em seu opúsculo hagiográfico/biográfico **Frei Serafim de Catania**,¹⁰ guiou-se pelo testemunho pessoal, pelo “depoimento de pessoas de fé” e “pela imprensa daquela época”, que respingava “nas colunas os principais acontecimentos”. Esses exemplos estão em uma extensa lista de escritores que, em uma época com escassos trabalhos sobre a história piauiense e acesso limitado às publicações, recorriam aos acervos hemerográficos particulares em busca por informações.

A partir desse conjunto de fontes, flagra-se em **História de Teresina** um universo social circundante às esferas de poder, os personagens que emergem são presidentes e secretários da província, governadores e secretários do Estado, senadores, deputados, intendentes, diretores de repartições públicas, sacerdotes, militares, engenheiros, empresários, jornalistas e demais funcionários envolvidos no cotidiano mais elevado da administração e das intrigas políticas. O interesse de Clodoaldo Freitas, em sintonia com a compreensão de história e de sujeitos históricos da época, centrou-se nos praticantes do poder, são deles as vozes e atitudes perceptíveis.

As instituições são igualmente protagonistas, aliás, independente de sua distinção social, os sujeitos aparecem primeiramente em função delas. Denota-se que a institucionalidade foi o critério inicial adotado pelo autor, tendo como proposta apresentar a constituição e, algumas vezes, a organização das repartições públicas detentoras de importância no cotidiano teresinense. Dessa forma, ao tratar dos três principais templos da capital, não abordou a religiosidade, mas as igrejas enquanto monumentos arquitetônicos e aparatos públicos, apresentando os meios pelos quais foram construídos, os posicionamentos

⁸ Elias Firmino de Sousa Martins nasceu em Picos, em 1869, e faleceu em Teresina, em 1936. Formado em direito, atuou como advogado, jornalista e foi eleito deputado federal em duas legislaturas. Fundou e colaborou com diversos jornais. Entre suas obras estão **O Poder das Trevas** (1913), **Frei Serafim de Catania** (1917) e **Fitas** (1920).
⁹ Higino Cícero da Cunha nasceu em Flores (PI), em 11 de janeiro de 1858, e faleceu em Teresina, em 16 de novembro de 1943. Formado pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como magistrado, professor, historiador, jornalista e poeta. Durante o Império integrou o Partido Liberal e, nos primeiros anos da República, o Partido Republicano Federal. Redigiu e colaborou com diversos jornais, entre eles **A Imprensa**, **Diário do Piauí** e **Litericultura**. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras e entre suas obras estão **O teatro em Teresina**, **O idealismo filosófico e o ideal artístico e História das religiões no Piauí**. Cf. CHAVES, 2013, p. 594-599.

¹⁰ MARTINS, Elias. **Frei Serafim de Catania**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1917. p. 7-8.

dos chefes do executivo, as verbas destinadas em orçamento e as obras empreendidas. Do mesmo modo, seu interesse não estava no teatro enquanto arte, mas como equipamento público voltado ao lazer, para o qual era dispendido parte do erário. Esse padrão foi aplicado com pouca variação para as demais instituições apresentadas, de instrução (Liceu, Escola Normal, escolas noturnas, colégios, bibliotecas), caridade (Santa Casa, Educandos Artífices), administração (mercado, palácio, quartel de linha, cadeia), além de obras públicas e iniciativas de relevo social e econômico (rampas e taludes e navegação do rio Parnaíba).

Esse esforço em apresentar a história de Teresina a partir de suas instituições e dos relatos de seus administradores, da forma mais objetiva e fiel à documentação possível, encontra-se atravessado por um tênue caráter de testemunho, afinal, ao menos desde 1881, quando chegou a Teresina, vindo de Recife, até sua morte em 1924, Clodoaldo Freitas atuou na política piauiense estabelecendo laços de amizade e interesses materiais, mesmo quando, em virtude das vicissitudes partidárias, residia em outros estados. Se por um lado a política e seus praticantes são seu lócus de observação para a construção de sua narrativa, suas experiências políticas e subjetividades formaram filtros sensíveis e atuantes no processo de escrita.

A objetividade, o afastamento crítico do historiador e tantas outras premissas da historiografia tradicional mostram-se em sua escrita, assim como na de qualquer historiador, elementos essencialmente irrealistas e impraticáveis. Interesses, preconceitos, ideologias, estereótipos e percepções subjetivas do mundo são elementos mais ou menos velados que habitam um texto historiográfico e, irremediavelmente, não estamos diante de uma exceção. Se a “verdade” sobre o passado era um objetivo, termo utilizado oportunamente pelo autor, apresentava-se permeada de sua visão particular, de resquícios cujos sentidos históricos só podem ser minimamente decifrados se trouxermos à luz suas experiências. A seguir, o que está em questão é a natureza de sua parcialidade e os significados históricos de seus juízos de valores.

Violência e patrimonialismo na política imperial

Assim como as obras públicas, os projetos educacionais, as mensagens dos chefes do executivo e os relatórios dos ocupantes dos principais cargos da administração provincial e republicana aparecem em **História de Teresina** muitas das tensões políticas dos períodos narrados. Clodoaldo Freitas, que testemunhou parte delas, não as apresentou no centro da observação, mas as colocou nas entrelinhas, nos parágrafos finais, entre uma ou outra

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

arrematação ou determinação de ofício, imersas em anedotas ou acontecimentos que foram mencionados para reforçar argumentos gerais e produzir efeitos, menções que apenas ganham sentidos se acompanharmos as experiências narradas e as vivenciadas pelo autor e seus pares. Dito de outra forma, esses significados apenas ganham nitidez, quando consideramos ao menos duas historicidades específicas, uma pertencente à história contada e outra a quem as contou.¹¹

Através de diferentes mecanismos de escrita, Clodoaldo Freitas se colocou como árbitro do passado, eventualmente a contrariar um documento e seu produtor, a fabricar imagens sobre os políticos e seus partidos, a exaltar personagens da história piauiense e a reabilitar sujeitos renegados pelas conjunturas políticas. Se em outras obras as chaves para compreensão do não dito são o seu anticlericalismo, suas crenças filosóficas ou científicas, sua dor pelas sucessivas perdas familiares ou suas limitações materiais, parece-nos que, ao se tratar de seu olhar para o passado, o ponto de compreensão essencial está em suas convicções, posições e ressentimentos relacionados à política. Dito isso, analisamos a seguir episódios e comentários apresentados, cujos significados não estão explícitos e, uma vez expostos, possibilitam uma nova compreensão de sua obra e de seu exercício intelectual.

Em **História de Teresina** muitas imagens são construídas, entre elas as dos partidos, ou melhor, as de seus representantes, afinal, existem apenas cinco menções às divisões partidárias do período, todas referentes ao contexto posterior à reorganização de 1868 e limitadas à polarização entre liberais e conservadores,¹² os primeiros são mencionados uma vez e os conservadores em outras quatro ocasiões.¹³ Essas imagens são distintas e perceptíveis a partir de padrões de referência, um geral e outro específico. O geral se refere à condição social dos presidentes da província ou governadores do Estado e o específico às adjetivações.

Considerando-se a condição social, os políticos são mencionados, independente de partido, por “Dr.”, “coronel”, “senador”, “barão” e “conselheiro”. A partir dos adjetivos

¹¹ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹² O bipartidarismo surgiu em 1837 em torno das propostas de centralização e descentralização do poder, os liberais defendiam maior autonomia provincial e diminuição das atribuições do poder moderador, ao passo que os conservadores apoiavam o fortalecimento do poder central e do poder moderador. Por volta de 1864 surgiu o Partido Progressista, fruto da conciliação que se desenrolava desde 1853, teve curta duração e se dissolveu em 1868 com a queda do gabinete Zacarias, deu-se então a formação do novo Partido Liberal (1869) e do Partido Republicano (1870). Essa reorganização possibilitou maior nitidez em relação à diferença programática dos partidos, ainda que internamente convivessem com amplas divergências, bem como lançou luz sobre aqueles que viriam a ser os principais líderes nas últimas décadas do Império, no caso liberal, a maioria iniciou a vida política no partido antagônico. Até o fim da monarquia a política foi protagonizada pelos partidos Conservador e Liberal. Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a. p. 199-228.

¹³ FREITAS, 2020, p. 123, 128, 129.

surgem as distinções: há uma tendência positiva em relação aos políticos que eram ou se tornaram liberais, cujas menções são muitas vezes seguidas por “digno”, “honrado”, “ilustre”, “inesquecível” e “benemérito”. Nesse sentido, Franklin Américo de Menezes Dória¹⁴ foi descrito como “benemérito administrador”; Sinval Odorico de Moura,¹⁵ como “honrado administrador”, e seu chefe de polícia, Jesuíno José de Freitas,¹⁶ como “ilustre magistrado”.¹⁷ Esses exemplos se multiplicam, paralelos a outros que denotam pouco apreço pelos presidentes conservadores, que são adjetivados negativamente e são apresentados como políticos desenfreados, vingativos, patrimonialistas e perseguidores.

Essa diferença se justifica pelas experiências políticas de Clodoaldo Freitas, que esteve vinculado ao Partido Liberal, tanto por tradição familiar quanto pela relativa possibilidade em conciliar convicções ideológicas e imposições partidárias. Nascido em Oeiras, integrou uma família que constituiu um importante núcleo do partido no decorrer do século XIX, sendo que diversos parentes seus ocuparam cargos de destaque na província, a exemplo de José Manuel de Freitas,¹⁸ um dos principais líderes liberais do período e que ocupou a presidência em diversos momentos. Da mesma forma, o cônego Claro Mendes de Carvalho,¹⁹ principal líder liberal em Jaicós e responsável por financiar parte de seus estudos.²⁰ Por outro lado, em meio às possibilidades impostas, o Partido Liberal era, ainda que tão oligárquico quanto o Partido Conservador, relativamente mais maleável em termos de disciplina e detentor de princípios mais flexíveis.

Ao chegar a Teresina formado, em 1881, encontrou os liberais na situação, filiou-se ao partido e foi empossado Promotor Público de Teresina, por seu correligionário e parente Firmino de Sousa Martins.²¹ No ano seguinte foi nomeado Juiz Municipal de Órfãos do termo

¹⁴ Franklin Américo de Menezes Dória, futuro Barão de Loreto, nasceu na Ilha dos Frades, em 12 de julho de 1836, e faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 1906. Casou-se com Maria Amanda Lustosa Paranaguá, filha de João Lustosa da Cunha Paranaguá, 2º marquês de Paranaguá, principal liderança liberal piauiense, com destaque na política nacional. Presidiu o Piauí de maio de 1864 a agosto de 1866, assim como as de Pernambuco e Maranhão. Foi deputado, senador e ministro da guerra do primeiro Gabinete Saraiva. Cf. CHAVES, 2013, p. 516-520.

¹⁵ Sinval Odorico de Moura nasceu em Caxias (MA), em 1828, e faleceu em 1885. Foi presidente das províncias do Amazonas, Paraíba e Piauí. Integrou o Partido Liberal.

¹⁶ Jesuíno José de Freitas era bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como magistrado, professor e chefe de polícia. Era irmão de José Manuel de Freitas e tio em segundo grau de Clodoaldo Freitas. Casou-se com Regina Maria de Sousa, filha do coronel Elias de Sousa Martins.

¹⁷ FREITAS, 2020, p. 39, 99, 328.

¹⁸ José Manuel de Freitas nasceu em Jerumenha (PI), em 14 de março de 1832, e faleceu em Recife, em 10 de novembro de 1887. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como advogado, jornalista e magistrado. Na política era filiado ao Partido Liberal, foi deputado geral e provincial, chefe de polícia, delegado, presidente interino do Piauí por três ocasiões e presidente das províncias do Maranhão e Pernambuco. Cf. FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras / edufpi, 2012. p. 9-45.

¹⁹ Claro Mendes de Carvalho nasceu em 1821, e faleceu em Jaicós (PI), em 8 de março de 1905. Filho de Francisco José de Carvalho e Rosa Francisca da Conceição.

²⁰ QUEIROZ, 2011, p. 253, 306.

²¹ Firmino de Sousa Martins presidiu a província do Piauí interinamente em diversas ocasiões (1879, 1880, 1881,

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

de Valença e posteriormente transferido para a capital. Até 1885, ensaiou uma carreira promissora na magistratura, quando, com a queda do gabinete liberal na Corte, entrou com seus correligionários para o ostracismo. Desde seu retorno à província, militou na imprensa e se tornou um dos mais habilidosos expoentes do partido, o que o levou a ocupar, em períodos distintos, o cargo de redator dos jornais liberais **A Imprensa** e **A Reforma**, este, pertencente a uma ala dissidente, chefiada por Mariano Gil Castelo Branco, futuro Barão de Castelo Branco^{22,23} Entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Clodoaldo Freitas esteve constantemente vinculado às lideranças liberais ou aos grupos cujos líderes as tiveram como ascendentes políticos.

Essas experiências justificam os posicionamentos adotados em suas obras, afinal, a disputa política é cotidiana, exige a formação da autoimagem do sujeito, bem como a defesa dos seus principais correligionários, sejam eles contemporâneos ou do passado. O período republicano no qual **História de Teresina** foi escrito foi um momento propício para esses movimentos de construção e desconstrução de personagens, nele se deu um esforço sistemático no sentido de diminuir os principais representantes do império, erigir novos heróis e reformatar o imaginário coletivo através de símbolos, alegorias, rituais e mitos.²⁴ Se esse imaginário foi construído sistematicamente em nível nacional, ocorreu igualmente em níveis locais, revestidos por suas historiografias, personagens, monumentos e interesses particulares. Nesse livro, observa-se que, nos momentos de intempéries, os papéis de perseguidores estão ocupados por conservadores, ao passo que nos de perseguidos estão os liberais, adversários sistemáticos, ou até mesmo conservadores que praticaram oposição de ocasião, episódios que serviam de argamassa para a construção do argumento e para direcionar a simpatia dos leitores.

Os acontecimentos foram selecionados e aparecem no livro de tal modo que alguns presidentes conservadores assumem um caráter autoritário desenfreado, responsável por perseguições e agressões políticas contra opositores internos e externos ao partido. Em âmbito interno, Clodoaldo Freitas relata ao menos dois episódios, um deles de outubro de 1863, envolvendo o então presidente, Pedro Leão Veloso,²⁵ e o diretor de obras públicas provinciais,

1883 e 1889).

²² Mariano Gil Castelo Branco, o barão de Castelo Branco, nasceu em 1º de janeiro de 1848 em Livramento, atual José de Freitas (PI), faleceu em 10 de março de 1935 em Teresina. Foi capitão da Guarda Nacional, um dos líderes do Partido Liberal no Piauí. Deputado provincial [1884-1885] e vice-governador do Piauí [1889]. Na República, dirigiu o Partido Democrata. Abandonou a política no final do século XIX.

²³ QUEIROZ, 2011, p. 129.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.

²⁵ Pedro Leão Veloso nasceu em Itapecuru Mirim (MA), em 1828, e faleceu em 1902. Foi juiz, jornalista e político, presidente das províncias do Espírito Santo e do Piauí (jun.-dez. 1863). Integrou o Partido Conservador.

o engenheiro Aureliano Ferreira de Carvalho,²⁶ que teria sido demitido “por ter a *Lei*, de que era redator, atacado o Marquês de Olinda, então ministro do império e presidente do conselho”.²⁷

A demissão de Aureliano Ferreira de Carvalho é apresentada de forma breve, com a única função de ilustrar que a perseguição se tratava de uma prática rotineira entre os conservadores. Nesse mesmo sentido, apresentou em detalhes a demissão do diretor do Estabelecimento de Educandos Artífices, Joaquim Clementino de Sousa Martins,²⁸ em 1872, pelo então presidente Pedro Afonso Ferreira,²⁹ exoneração que, segundo Clodoaldo Freitas, foi motivada por ataques ao presidente, publicados no jornal **Província do Piauí**. Para enfatizar o aspecto persecutório, transcreveu fragmentos de relatórios de presidentes anteriores, nos quais o ex-diretor foi elogiado como um administrador zeloso, o que tornava questionável a justificativa da demissão. Sobre esse episódio, destacou:

Na administração do presidente, Dr. Pedro Afonso Ferreira, em 1872, deu-se entre muitos outros um caso de natureza grave, um que pode ser considerado como tipicamente cômico. Era diretor do estabelecimento dos educandos, o capitão Joaquim Clementino de Sousa Martins, cujo comportamento, inteligência e zelo no desempenho das funções do seu cargo tanto elogiaram os presidentes anteriores. Mas, na administração do Dr. Pedro Afonso, Joaquim Clementino, que também era conservador, sempre no jornal *Província do Piauí*, de que era um dos redatores, atacava o presidente, já célebre pelos trágicos acontecimentos eleitorais do dia 19 de agosto de 1872, na igreja do Amparo, resultando a morte do benquisto e pacato escrivão de órfãos desta cidade, Raimundo Dias de Macedo. Enfurecido com a oposição que lhe fazia o honrado funcionário, o presidente por portaria de 25 de outubro o exonerou, por não concorrerem em sua pessoa as aptidões indispensáveis!³⁰

A alegada comicidade se encontra na circunstância de que, uma vez demitido, Joaquim Clementino de Sousa Martins ter se recusado a entregar o estabelecimento ao novo diretor, o capitão Evaristo Cícero de Moraes. Segundo informa Pedro Afonso Ferreira, em seu relatório,

²⁶ Aureliano Ferreira de Carvalho era filiado ao Partido Conservador, foi diretor das obras públicas e em 1869 foi eleito deputado geral. Faleceu em agosto de 1871 após se suicidar. Cf. O PIAUÍ. **O Piauí**. Teresina, ano 5, n. 186, 31 ago. 1871, p. 2.

²⁷ FREITAS, 2020, p. 130.

²⁸ Joaquim Clementino de Sousa Martins era filho de Manuel Clementino de Sousa Martins e Maria Josefa de Sousa Martins. Seu pai atuou nas lutas pela independência e na repressão à Balaiada. Casou-se com Dorotéia Maria Santana, sua prima e neta de Manuel de Sousa Martins, futuro visconde da Parnaíba. Foi eleito deputado provincial em dois biênios pelo Partido Conservador. Foi promotor público em São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Humildes, atual cidade de Alto Longá. Nas duas últimas localidades, já sob os auspícios do Partido Liberal, ao qual aparece filiado ao menos desde 1878 e pelo qual se candidatou a deputado provincial em 1883.

²⁹ Pedro Afonso Ferreira nasceu em Pernambuco e se formou pela Faculdade de Direito de Recife. Filiado ao Partido Conservador foi presidente das províncias do Piauí (abr. de 1872 à fev. 1873) e Santa Catarina, e se elegeu deputado geral por Pernambuco em 1878.

³⁰ FREITAS, 2020, p. 128-129.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

uma comissão foi nomeada para vistoriar o estabelecimento, acusando a existência de diversos desvios, dos quais, o mais grave, estaria na displicência com o livro-caixa, porém, para que não o acusassem de perseguição, uma vez que o ex-diretor o atacava na imprensa, teria deixado “de mandar proceder contra ele nos termos da lei, como fora de mister”.³¹

Contrariando as afirmações contidas no relatório do presidente, Clodoaldo Freitas destaca que em nada o parecer da comissão desabonava o ex-diretor ou justificava o ato de demissão, que seria “filho de uma vingança política exercida contra um jornalista que o atacara, pois a verdade é que a demissão de Joaquim Clementino veio da oposição que a **Província do Piauí** fazia ao presidente e não a oposição da **Província do Piauí** da demissão de Joaquim Clementino”.³² Para arrematar o assunto, o autor transcreveu informações fornecidas pelo novo diretor ao presidente, segundo as quais o Educandos Artífices estava instalado em um prédio adequado, porém, sem asseio, limpeza e móveis, com as oficinas necessitando de utensílios e ferramentas, com dormitórios sem camas na quantidade adequada, enfermaria precária e os educandos vivendo em estado de penúria, sem vestimentas ou calçados. Após esse conjunto de informações, concluiu:

Este quadro, que não tenho motivo plausível para julgar falso, depõe tanto contra o ex-diretor como contra o presidente, o médico e o próprio diretor, porque a todos cabe parte da responsabilidade dessa inacreditável situação. O Dr. Pedro Afonso assumiu a administração no dia 23 de abril de 1872 e só em outubro foi que viu que o estabelecimento estava sendo mal administrado, justamente quando a *Província do Piauí* rompeu em oposição contra o seu governo, sendo Joaquim Clementino um dos seus redatores!³³

A atenção destinada a esses episódios não se configura uma defesa ao ex-diretor, embora este tenha se filiado ao Partido Liberal por volta de 1878, antes, tratava-se de um ataque ao presidente Pedro Afonso Ferreira, cuja administração ficou marcada pela violência empregada contra seus opositores, a exemplo do espancamento “nas imediações do seu palácio, do malogrado poeta Licurgo de Paiva!”³⁴ e do assassinato, já mencionado em fragmento destacado anteriormente, do capitão da Guarda Nacional e tabelião público Raimundo Dias de Macedo, durante as eleições de agosto de 1872.

A morte do liberal Raimundo Dias de Macedo foi um dos episódios políticos mais traumáticos da segunda metade do século XIX, sendo amplamente explorado pelos opositores

³¹ FERREIRA, Pedro Afonso. **Fala com que o Ex.mo Sr. Presidente da Província do Piauí, Dr. Pedro Afonso Ferreira abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de novembro de 1872.** São Luís: Tipografia do País, 1873. p. 4-5.

³² FREITAS, 2020, p. 131.

³³ FREITAS, 2020, p. 133.

³⁴ FREITAS, 2020, p. 134.

do presidente conservador. Segundo a imprensa, o pleito eleitoral se iniciou no dia 18 de agosto de 1872, um domingo, debaixo de clima tenso, porém, sem episódios graves, marcado apenas pelas frequentes acusações de fraude e intimidação de ambos os lados. No dia seguinte, ao se iniciar os trabalhos na igreja de Nossa Senhora do Amparo, sede da freguesia, a mesa eleitoral recusou um eleitor apresentado pelos liberais, sob o argumento de que o titular já havia falecido e de que a pessoa apresentada não era o eleitor qualificado. Esse fato teria sido o estopim para o início de uma confusão generalizada, resultando no assassinato e em uma extensa lista de feridos.

Segundo o jornal conservador **O Piauí**, a confusão teria sido previamente orquestrada pelos liberais para anarquizar as eleições, já que não teriam eleitores suficientes para formar maioria, aproveitando a recusa da mesa, para romper “em grande pancadaria, quebrando os bancos, cadeiras e os próprios altares, de cujos pedaços se serviram para se espancarem reciprocamente”, investindo contra a urna, “mas sempre repelidos convenientemente pelos membros da mesa e muitos cidadãos”. Raimundo Dias de Macedo, na tentativa de acalmar os ânimos, “envolveu-se inerte no conflito, que procurava moderar gritando – paz... paz... quando recebeu uma pancada na cabeça que o lançou por terra imediatamente.” Ainda segundo o jornal, recobrou os sentidos e se retirou “com uma pequena brecha na cabeça, que não parecia de graves consequências, mas tendo ele almoçado pouco antes, perturbou-se lhe a digestão e sobreveio-lhe uma congestão violenta, que pôs termo aos seus dias dentro de algumas horas.” Lamentando o ocorrido, atribuiu o acontecimento à imprudência dos exaltados que teriam iniciado a desordem que, de tão grande, impossibilitou a identificação do agressor, devendo-se, por esse motivo, a eles se atribuir a culpa dos acontecimentos.³⁵

Os opositores, por sua vez, manifestaram-se na imprensa acusando os correligionários do presidente da província de terem armado e iniciado a contenda. Segundo o jornal republicano **O Amigo do Povo**, redigido por David Moreira Caldas,³⁶ o pleito não passou de um teatro, uma comédia que, com a contribuição dos sacerdotes Mamede Antônio de Lima³⁷ e Tomaz de Moraes Rego,³⁸ transformou-se em uma tragédia, resultando na morte de quem

³⁵ O PIAUÍ. *O Piauí*. Teresina, ano 6, n. 231, 28 ago. 1872, p. 3-4.

³⁶ David Moreira Caldas nasceu em Barras (PI), em 1836, e faleceu em Teresina, em 1879. Foi professor, deputado provincial pelo Partido Liberal (1868-1869) e jornalista. Republicano convicto, redigiu jornais políticos, entre eles **Liga e Progresso**, **O Amigo do Povo** e **Oitenta e Nove**. Elaborou trabalhos científicos, entre eles **Relatório de viagem feita de Teresina até a cidade de Parnaíba (1867)** e **Dicionário histórico e geográfico do Piauí (1879)**. Cf. CHAVES, 2013, p. 469-472.

³⁷ Mamede Antônio de Lima foi eleito deputado provincial em 1851, apoiando na Assembleia a mudança da capital. Foi o primeiro pároco da igreja de Nossa Senhora do Amparo. Era filiado ao Partido Conservador.

³⁸ Tomaz de Moraes Rego foi o primeiro pároco da igreja de Nossa Senhora das Dores, integrante da família de João do Rego Monteiro, o barão de Gurgueia. Era filiado ao Partido Conservado.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

tentava “acalmar os ânimos irritados de uns e de outros, amigos e adversários!”.³⁹ Assim como o veículo republicano, o liberal **A Imprensa** responsabilizou os conservadores pelo episódio, colocando-se totalmente contrário à versão apresentada pelos governistas. Em editorial, reproduziu um expediente do diretório lamentando a morte, a postura dos sacerdotes das freguesias da capital e repudiando o “vandalismo oficial e semi-oficial”.⁴⁰

Segundo os redatores, apesar das irregularidades praticadas pelas mesas eleitorais e a disposição violenta demonstrada pelos situacionistas, o primeiro dia ocorreu sem conflitos. No dia seguinte, os trabalhos foram retomados e, após a recusa de um eleitor, houve protestos por parte dos liberais, o que teria dado o motivo para se colocar em prática um suposto plano dos conservadores, “concertado com o juiz de paz, capitão Gayoso, padre Mamede, e ajudante de ordem da presidência, que já havia preparado o terreno, tomando aos liberais até as bengalas [...] e deixando os vândalos de seu partido de posse das armas com que estavam”. Sob ordem do juiz dirigente da mesa, ainda segundo os redatores, teria se iniciado as agressões contra os liberais, até que se destacou Raimundo Dias de Macedo que gritava por ordem. Do meio dos “caceteiros do governo”, teria surgido José Fragoso da Cunha e Silva que se atirando

[...] sem piedade sobre o capitão Macedo, desfecha-lhe uma cacetada no alto da cabeça com tanta perícia e força que prostrou por terra a ilustre vítima, esmagando-lhe o crâneo, mal deixando-lhe alguns lampejos de vida [...]

Após alguns momentos dos acontecimentos sucintamente expostos, a força pública invade, de sabre em punho e armas municionadas, a igreja: o próprio presidente da província, bacharel Pedro Afonso Ferreira, entra ali, alguns dos liberais que ainda lá se conservavam escapos dos cacetes e das facas de ponta denunciam à primeira autoridade da província a existência de homens armados com tais instrumentos dentro da igreja; a escandalosa retirada da urna do lugar próprio e introdução nela de grande número de cédulas enquanto esteve na capela do S. Sacramento; a imoralidade e crime do juiz de paz de ser o primeiro que desfolhara um punhal do qual ainda se achava de posse, e sua Ex.^a em vez de providenciar sobre tão graves atentados da ordem e liberdade públicas, já que tomou o alvitre de comparecer ali pessoalmente, ao contrário, revestiu-se de um sério grave e ameaçador [...].⁴¹

A polêmica se estendeu pelos meses seguintes, com os liberais acusando o governo de dificultar as averiguações. O assassinato de Raimundo Dias de Macedo foi utilizado pelos oposicionistas para denunciar as violências praticadas pelos conservadores, marcando de forma sensível e oportuna o imaginário político do período. Clodoaldo Freitas voltou ao episódio algumas vezes em suas obras, sempre para comprovar o que seria o exemplo mais

³⁹ A 19, DIAS que se tornou [...]. **O Amigo do Povo**. Teresina, ano 5, n. 84, 29 ago. 1972, p. 2-3.

⁴⁰ PARTIDO Liberal. **A Imprensa**. Teresina, ano 8, n. 356, 27 ago. 1872, p. 1.

⁴¹ ELEIÇÕES. **A Imprensa**. Teresina, ano 8, n. 356, 27 ago. 1872, p. 1-2.

bem acabado das violências que seus correligionários teriam sofrido no período conservador, que se estendeu de agosto de 1868 a janeiro de 1878. Em **Vultos piauienses**, ao biografar José Manuel de Freitas, assim se referiu aos episódios ocorridos:

O Dr. Pedro Afonso, um continuador primoroso dos seus antecessores Espínola e Rego, distinguiu-se ainda pela onda de sangue que fez correr, quer diretamente mandando esbordoar ao malogrado escritor Licurgo de Paiva nas ruas da cidade, na madrugada de 14 de janeiro de 1873, que o atacava na *Província do Piauí*, quer concorrendo para o triste episódio eleitoral de 19 de agosto de 1872, no qual, entre muitos ferimentos, foi assassinado dentro da igreja do Amparo o cidadão liberal Raimundo Dias de Macedo, tabelião público. Ao presidente Dr. Pedro Afonso, consentindo nas medidas opressoras tomadas para ser tolhido o direito ao voto, cabe a glória desse sangue derramado a poucos metros do seu palácio.⁴²

Esses acontecimentos são representativos de um conjunto de práticas eleitorais recorrentes durante a segunda metade do século XIX. Os diversos tipos de fraude eleitoral, as violências físicas, as formas de amedrontar os adversários e o uso do aparato público por parte dos que estavam na presidência foram elementos que deram o tom dos pleitos, tanto na capital quanto nas freguesias do interior, praticadas tanto por conservadores quanto por liberais, conforme as possibilidades de exercício nas diferentes conjunturas políticas. Esses métodos comuns no Império, não só foram utilizados pelas oligarquias republicanas, como por elas foram aperfeiçoados no tenso processo de cooptação e exclusão política.⁴³

Esses processos conflituosos não eram recentes e ocorriam por todo o Brasil, sendo extensamente denunciados por liberais, quando o poder estava com os conservadores, e por estes, quando estava com aqueles. Por essas características a eleição de outubro de 1840, a primeira do Segundo Reinado e dirigida pelos liberais, tantos foram os constrangimentos e as violências praticadas contra eleitores, que ficou conhecida como a “eleição do cacete”.⁴⁴ Em **Vultos piauienses**, referindo-se às eleições disputadas por José Manuel de Freitas no início dos anos 1860, quando, na oposição, Clodoaldo Freitas as descreveu como um “combate no dia fatal”, no qual o “sangue muitas vezes regava as urnas”.⁴⁵

Se na narrativa de Clodoaldo Freitas as violências políticas aparecem praticadas nas administrações conservadoras, o mesmo se dá em relação à apropriação indébita do aparato público para a efetivação de interesses privados, o avanço de indivíduos, seus amigos e

⁴² FREITAS, 2012, p. 34.

⁴³ Sobre essas práticas políticas no Piauí republicano, consultar: QUEIROZ, 2011, p. 301-368; 2019, p. 105-117.

⁴⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 77; CARVALHO, 2017a, p. 400.

⁴⁵ FREITAS, 2012, p. 24.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

familiares sobre o patrimônio comum. Esse patrimonialismo, segundo Lilia Schwarcz, seria “resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente. [...] trata-se do entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal, ‘patrimônio’ de quem detém o poder”.⁴⁶ Essa maneira de compreender as relações cotidianas com o bem público e os hábitos dela oriundos esteve presente no período colonial, bem como se expandiram, sob outras roupagens, no decorrer do império e da república, constituindo-se em uma das principais características de longa duração da administração brasileira. O patrimonialismo, conceito detentor de historiografia vasta,⁴⁷ ilumina um leque extenso de práticas políticas corriqueiras e até certo ponto consideradas legítimas, mas que foram denunciadas por Clodoaldo Freitas, primeiramente em relação ao império e depois em relação à república. A partir desse prisma, em **História de Teresina**, o autor expôs circunstâncias a que chamou de “modo por que os homens e as coisas eram apreciados oficialmente no Império”, referindo-se, por excelência, aos políticos conservadores.⁴⁸

Ao comentar a postura do presidente Augusto Olímpio Gomes de Castro,⁴⁹ em 1869, em relação ao Educandos Artífices, o autor chama atenção para as modificações no estabelecimento, entre elas no “sistema de fornecimento a preços fixos”, preterido em favor de um custeio a ser feito pelo então diretor, bacharel Pedro de Alcântara Peixoto de Miranda Veras. A essa mudança, somam-se obras contratadas com o coronel João do Rego Monteiro, futuro Barão de Gurgueia⁵⁰ e um dos principais líderes conservadores da província. Ambos os casos aparecem, ainda que implicitamente, sob a desconfiança de favorecimento aos correligionários do presidente, prejudiciais ao interesse público pela concorrência.⁵¹ O mesmo tom crítico foi adotado para comentar a extinção do Estabelecimento pelo então presidente Pedro Afonso Ferreira, que o substituiu por outro com o mesmo objetivo de acolher crianças

⁴⁶ SCHWARCZ, 2019, p. 65.

⁴⁷ Não entraremos nessa seara, um tanto quanto povoada por interpretações divergentes, ainda que relativamente complementares. Sobre patrimonialismo no âmbito do pensamento social brasileiro, consultar, entre outros: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**. São Paulo, n. 17, p. 14-29, 1993; BOTELHO, 2019; SCHWARCZ, 2019.

⁴⁸ FREITAS, 2020, p. 123.

⁴⁹ Augusto Olímpio Gomes de Castro nasceu em Alcântara (MA), em 7 de novembro de 1836, faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1909. Governou a província do Piauí (1887-1888) e diversas vezes a do Maranhão. Integrante do Partido Conservador, foi Deputado Provincial, Geral e, na República, Senador pelo Maranhão.

⁵⁰ João do Rego Monteiro, futuro barão de Gurgueia (1874), nasceu no Estanhado, atual União (PI), em 1º de maio de 1809, onde faleceu em 8 de dezembro de 1897. Proprietário de fazendas e escravos foi chefe do Partido Conservador em União, coronel da Guarda Nacional e deputado provincial por vários biênios. Durante a segunda metade do século XIX foi um dos principais arrematadores de obras públicas em Teresina. Cf. FREITAS, 2010, p. 63-67.

⁵¹ FREITAS, 2020, p. 123-125.

desvalidas, porém sob a guarda particular de um líder conservador:

A Lei nº 808, de 4 de agosto de 1873, extinguiu o Estabelecimento de Educandos, vingando, assim, as teorias bárbaras de um presidente que deixou seu nome indelevelmente gravado na história piauiense pela extinção dessa humanitária e patriótica instituição [...]

Por um desses contrastes ridículos de que as comédias andam cheias, o mesmo presidente mandou votar pela subserviente Assembleia e sancionou a Lei nº 824 de 12 de agosto de 1873, autorizando o presidente a contratar com o coronel João do Rego Monteiro, depois Barão de Gurguéia, ou quem melhores vantagens oferecesse, a fundação de um estabelecimento de educação, nesta cidade, para meninos órfãos desvalidos. A 29 de agosto foi efetuado o contrato pelo qual o referido coronel João do Rego obrigou-se a criar um colégio, igual ao de educandos artífices, com a denominação de Internato Artístico, mediante o auxílio de 10:000\$000 anuais, dado pela província. Montado o colégio, começou a funcionar com 45 órfãos, custando apenas um terço de que custavam os educandos artífices! Este famoso Internato Artístico foi extinto pelo art. 1º da Lei nº 895, de 16 de junho de 1875 [...].⁵²

Assim como as violências, as perseguições e os constrangimentos não eram privilégios dos conservadores, o favorecimento de amigos, familiares e correligionários era igualmente praticado pelos liberais, quando ocupavam o poder. Essas práticas patrimonialistas estavam presentes no cotidiano e envolviam as formas sociais de organização do poder, vazando os espectros ideológicos e partidários, assim como pretensões voluntaristas de virtude política.⁵³ De tal maneira rotinizadas, elas não constituíam uma exceção, antes, uma regra, um leque de mecanismos legítimos de se governar. A despeito das denúncias feitas pelos grupos que se encontravam na oposição, as práticas patrimonialistas eram naturalizadas e serviam como meios de sustentação ao grupo político dirigente. Na literatura são muitos os exemplos de dança das cadeiras nas províncias sempre que havia alternância no poder. Eram escrivães exonerados e contratados, subdelegados e delegados substituídos, juízes transferidos para regiões distantes de seu núcleo de influência e uma série extensa de nomeações de amigos, partidários e familiares. Esse hábito, nos escritos de Clodoaldo Freitas, quando perpetrado por conservadores, era exposto como a prova da pessoalidade com que o bem público era tratado, ao passo que, quando feito por liberais, seria quase um ritual de investidura de homens qualificados e honestos.

Cabe destacar que, em 1881, ao chegar a Teresina, o autor foi nomeado promotor por

⁵² FREITAS, 2020, p. 134-135.

⁵³ BOTELHO, André. Patrimonialismo brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Org.). **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 282.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

seu parente, Firmino de Sousa Martins, que ocupava interinamente a presidência, dando início a uma carreira promissora, cuja sorte terminou com a queda do gabinete liberal, em 1885. O destaque político de seu correligionário, amigo e tio de segundo grau, José Manuel de Freitas, deve-se em grande medida ao contexto favorável que encontrou depois de se bacharelar, em 1858, ocasião em que “encontrou na presidência do Maranhão seu comprovinciano e amigo, o atual Sr. Marquês de Paranaguá, que o nomeou promotor de Caxias, então, mais do que hoje, a principal cidade do estado vizinho”, nos anos seguintes, foi agraciado com uma série de nomeações em cargos na magistratura e no executivo piauiense, possibilitada por uma conjuntura de conciliação em nível nacional.⁵⁴ Em 1868, quando ocupava interinamente a presidência da província, José Manuel de Freitas nomeou para lente do Liceu o seu irmão, Jesuíno José de Freitas, cargo do qual foi exonerado em 1871, na situação conservadora, sob alegação de irregularidade na nomeação.

Ao passo em que apresenta essas imagens negativas dos conservadores, Clodoaldo Freitas traz a exaltação dos liberais ou daqueles que, sob o regime republicano, formaram trincheira ao seu lado. Nesse sentido, estariam entre os exemplos de honradez, virtude política e probidade administrativa personagens como José Antônio Saraiva,⁵⁵ Franklin Américo de Menezes Dória, José Manuel de Freitas e Gregório Taumaturgo de Azevedo.⁵⁶

José Antônio Saraiva, o “ilustre e pertinaz presidente”, nas palavras de Clodoaldo Freitas, presidiu o Piauí de setembro de 1850 a março de 1853, sendo responsável por efetivar a transferência da capital, retirando-a de Oeiras, no sertão, para Teresina, às margens do rio Parnaíba. Essa mudança se tratava de um projeto antigo, defendido por diferentes chefes do executivo desde o período colonial, mas que não se efetivou devido a resistências políticas e dificuldades financeiras, a despeito das normas aprovadas com essa determinação. Em 1844 foi sancionada uma lei autorizando a mudança da capital para às margens do riacho Mulato, onde seria construída uma cidade com o nome de Regeneração. No ano seguinte, foi autorizada a transferência das repartições públicas para a vila de São Gonçalo, até que a nova cidade fosse

⁵⁴ FREITAS, 2012, p. 23-24.

⁵⁵ José Antônio Saraiva nasceu em Santo Amaro (BA), em 1 de maio de 1823, e faleceu em Salvador (BA), em 21 de julho de 1895. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi deputado provincial, presidente das províncias do Piauí (1850-1853), Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Integrou diversos gabinetes, entre eles conservadores e liberais. Rompeu com o Partido Conservador em 1859. Liderou dois gabinetes liberais, de 1880 a 1882 e em 1885. Cf. SISSON, S. A. Conselheiro José Antônio Saraiva. In: _____. *Galeria dos brasileiros ilustres*. v. 2. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 71-82; CHAVES, 2013, p. 504-512.

⁵⁶ Gregório Taumaturgo de Azevedo nasceu em Barras (PI), em 17 de novembro de 1853, e faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1921. Engenheiro pela Escola Militar e bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Foi nomeado o primeiro governador do Piauí, exercendo o cargo de 26 de dezembro de 1889 a 4 de junho de 1890. Foi eleito indiretamente governador do Amazonas. Cf. CHAVES, 2013, p. 567-570.

capaz de abrigá-las, tendo outra lei, de 1844, determinado a mudança, assim que possível, para a vila do Poti. Todas foram revogadas e o assunto ganhou maior relevo, após a chegada de Saraiva, que se fez seu maior defensor, a ponto de empreender uma viagem na qual escolheu o local onde seria erguida a nova capital, a Vila Nova do Poti.⁵⁷

Defendia-se a transferência alegando que o local era salubre e bem localizado para concorrer comercialmente com Caxias, mais próximo de Parnaíba, principal cidade da província, portanto capaz de impulsionar a navegação do rio Parnaíba, resultando no desenvolvimento piauiense, pois, além mais, ficava na região mais agrícola do Piauí.⁵⁸ Os opositores, em contrapartida, orquestraram intensa campanha contra o projeto e o presidente, utilizando o jornal **O Eco Liberal**, redigido por lideranças liberais, para insuflar a Assembleia Provincial e os oeirenses contra Saraiva. Acusaram-lhe de agir despotamente e fraudar as eleições para a Assembleia, de janeiro de 1852, assim como argumentaram que a mudança resultaria em grandes prejuízos para a região de Oeiras, que o local escolhido era insalubre, sem prédios para os empregados e as repartições provinciais e sem vantagens em comparação com os pontos aprovados anteriormente.⁵⁹ Elegendo maioria na Assembleia Provincial, Saraiva sancionou a lei de 20 de julho de 1852, na qual ficou autorizado a transferir a capital, o que ocorreu no mês seguinte. Em 16 de agosto de 1852, Saraiva oficiou ao Imperador e aos presidentes de província comunicando que a nova capital estava instalada e nela residiam as repartições e o chefe do executivo.

Os diversos projetos de transferência da capital, a viagem empreendida pelo presidente, as características do local escolhido, os argumentos a favor e contra a Vila Nova do Poti e os estratagemas utilizados nas semanas decisivas foram abordados em **História de Teresina**, que apresenta José Antônio Saraiva como destemido, visionário, responsável por contrariar suscetibilidades individuais, interesses políticos e enfrentar as hostilidades que lhe ameaçavam a vida, em defesa de um projeto que há muito prometia desenvolver a província. Segundo Clodoaldo Freitas,

O Dr. Saraiva, apesar da resistência ameaçadora dos oeirenses, que até assoalhavam opor-se com as armas à mudança da capital, que consideravam uma grave ofensa a seus interesses e um sacrilégio à velha capital, atendendo criteriosamente aos mais altos interesses da comunhão e vendo mais claramente o futuro, não recuou diante de consideração alguma, nem mesmo

⁵⁷ CHAVES, 2013, p. 23ss; 163ss.

⁵⁸ SARAIVA, 1851, p. 42; 1852, p. 34-35.

⁵⁹ A MUDANÇA da capital I. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 117, 11 dez. 1851, p. 1-4; A MUDANÇA da capital v. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 123, 26 jan. 1852, p. 1-5.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

da sua salvação pessoal, pois era corrente haver entre os opositores e fanáticos a ideia de um atentado contra a sua existência, pensando que com sua morte, morreria a ideia, por falta de quem quisesse arriscar-se à nova tentativa, abafada a primeira no sangue do seu mais ardente promotor. Tendo tomado as medidas necessárias e as precauções exigidas para sua segurança individual, o Dr. Saraiva retirou-se de Oeiras, deixando assinado o decreto da mudança da capital. Quando a bomba explodiu, já o ilustre e pertinaz presidente estava distante. O golpe foi terrível. Se o Dr. Saraiva, se não tivesse retirado prudentemente em tempo, teria, com certeza, sido vítima de alguma agressão. Os ânimos se irritaram e era um verdadeiro clamor público contra o presidente, que os mais exaltados cobriam de injúrias e juravam tomar, mesmo no Poti, uma vingança estrondosa e sanguinária. Corria o boato de que o povo não deixaria o cofre público sair de Oeiras e os agitadores gritavam pelas ruas que a senha da revolução era essa tentativa aviltante para os oeirenses, da retirada do cofre, sinal definitivo da realização da projetada mudança.⁶⁰

Essa representação epopeica de Saraiva segue uma tendência em relação ao assunto, tratando-se de uma imagem difundida pelos adeptos da mudança desde meados do século XIX e reforçada convenientemente pelos agentes políticos nas décadas subsequentes, entre eles, diversos presidentes da província que, em seus relatórios, exaltaram o responsável pela execução do projeto e os benefícios que dele teriam surgido, em especial a navegação a vapor no rio Parnaíba. Em um processo de consolidação de sua memória deram o seu nome à segunda praça da cidade, surgindo então o Largo do Saraiva, e construíram um monumento em mármore em sua homenagem, levantado na então Praça da Constituição, atual Praça Deodoro da Fonseca, e inaugurado em 21 de agosto de 1859.⁶¹

Nota-se na imprensa da época uma disputa pelo legado da transferência, com conservadores e liberais requisitando o reconhecimento por sua contribuição. A partir dos anos 1870, coube ao veículo liberal **A Imprensa**, ser o estandarte de Saraiva no Piauí, mencionando-o por vários motivos e destacando sua suposta visão progressista, seu caráter de estadista, suas atuações em missões diplomáticas e suas participações nos gabinetes liberais. Em maio de 1870, no contexto das comemorações pelo fim da guerra do Paraguai, o jornal publicou uma extensa matéria informando uma visita dos liberais baianos a Saraiva, em homenagem a sua atuação diplomática nos momentos antecedentes ao conflito, considerada decisiva na costura da aliança que se contrapôs ao chefe paraguaio. Agradecendo a manifestação de apreço, Saraiva fez um discurso defendendo a inevitabilidade da guerra, disse-se injustamente atacado pelos conservadores e requisitou ao Partido Liberal os méritos, pois a

⁶⁰ FREITAS, 2020, p. 20-21.

⁶¹ CHAVES, 2013, p. 62-64.

ele caberia “inegavelmente todas as glórias da campanha do Paraguai, por que foi ele quem teve ouvidos para escutar, coração para sentir os gemidos da pátria, e vingá-la dos ultrajes, aceitando a guerra e sustentando-a tenazmente até a derradeira vitória”.⁶² Em 1880, quando Saraiva assumiu pela primeira vez a liderança de um gabinete, o jornal defendeu o ministério recém-formado e suas principais propostas, entre elas a polêmica reforma eleitoral que se arrastava no parlamento e foi um dos principais motivos de instabilidade política e, conseqüentemente, da dissolução do gabinete Sinimbu.⁶³

Se nas décadas seguintes a transferência da capital se tornou uma questão pacificada, se não no campo das sensibilidades, mas no dos discursos oficiais, não podemos afirmar o mesmo em relação a Saraiva, cujos detratores, diante da mudança da capital, presenciaram ou se sentiram prejudicados pelo processo de deslocamento simbólico e político que dela se seguiu, processo esse que, na segunda metade do século XIX, proporcionou a ascensão política de grupos familiares do norte, em detrimento daqueles tradicionais que exerciam influência na região sul, dentre eles, os Freitas.

Embora suas origens fossem de Oeiras e a criação de Teresina tenha significado um forte empecilho para os interesses políticos de sua família, nota-se em **História de Teresina** um Clodoaldo Freitas simpático à transferência,⁶⁴ ao seu executor e às vantagens econômicas decorrentes, a ponto de mencionar as resistências finais com certo tom de galhofa, quando afirma que a população de Oeiras “entregou-se a uma dolorosa desolação, [...] soluçando. Foi um dia de luto geral”.⁶⁵ Acerca das vantagens da nova capital, margeada por um rio navegável, localizada em região de melhor comunicação com as partes do império e capaz de fazer frente à cidade de Caxias, concluiu:

O que o Dr. Saraiva conjeturava com relação ao comércio e à prosperidade do Piauí, dada a mudança da capital, realizou-se. Caxias deixou, em pouco tempo, de ser o empório do comércio do alto sertão.

A mudança da capital trouxe como consequência, a navegação a vapor do rio Parnaíba e a criação de outros povoados à margem do mesmo rio, como Porto Alegre, União, Amarante, Uruçuí, Santa Filomena, não falando em muitos

⁶² O SR. CONSELHEIRO Saraiva. **A Imprensa**. Teresina, ano 5, n. 249, 25 maio 1870, p. 1-2.

⁶³ O NOVO ministério. **A Imprensa**. Teresina, ano 15, n. 639, 7 maio 1880, p. 2-3; REFORMA eleitoral. **A Imprensa**. Teresina, ano 16, n. 672, 14 jan. 1881, p. 2.

⁶⁴ A percepção de Clodoaldo Freitas sobre a transferência da capital não foi linear, no manuscrito *A Balaiada*, datado de 1894 e publicado pela primeira vez em 2019, demonstrou insatisfação em relação ao assunto. Ao comentar a trajetória política de Lívio Lopes Castelo Branco, um dos líderes dos rebeldes, classificou o projeto como nefasto: “Apesar de não ser deputado, ele foi um dos mais fervorosos adeptos da mudança da capital, trabalhando esforçadamente pela passagem do nefasto projeto [...] que, de fato, mudou em má hora a capital para a Chapada do Corisco, uma légua da vila do Poti, graças aos ingentes esforços do então presidente Dr. José Antônio Saraiva”. Cf: FREITAS, 2019, p. 225.

⁶⁵ FREITAS, 2020, p. 21.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

outros menores.

Cerca de meio século depois, o Piauí, comerciando diretamente com a Europa, entra francamente em plena posse dos seus destinos, assegurados pela constituição republicana de 24 de fevereiro.⁶⁶

Esse Saraiva estrategista, apresentado por Clodoaldo Freitas, reforça o nosso argumento em relação ao tom político que empregou na obra, robustecendo a memória dos liberais e estabelecendo uma leitura maniqueísta referente à polarização com os conservadores. Nesse contexto, o ex-presidente adquiriu importância simbólica junto aos liberais piauienses, afinal, além de ter gerido um dos acontecimentos mais marcantes para a província no século XIX, contra o qual nem mesmo os discursos adversários se levantavam, tornou-se, a partir dos anos 1860, um dos principais líderes liberais, com importância crescente na política imperial.

Embora José Antônio Saraiva, entre 1850 e 1859, tenha administrado as províncias do Piauí, Alagoas, São Paulo e Pernambuco sob os auspícios dos gabinetes conservadores da década de 1850, e de um deles, o Gabinete Caxias, tenha sido ministro da Marinha,⁶⁷ aspecto esse que os conservadores piauienses faziam questão de lembrar através do jornal *A Época*,⁶⁸ foi nas hostes liberais que se consolidou como uma das lideranças mais influentes da segunda metade do século XIX, sendo diversas vezes cotado para organizar gabinetes, o que ocorreu em duas circunstâncias, de março de 1880 a janeiro de 1882 e de maio a agosto de 1885, além de ter conduzido a reforma eleitoral de 1881, a mais ampla do segundo reinado. Como símbolo de seu relevo político, na madrugada de 16 de novembro de 1889, nos últimos momentos da monarquia, teria recebido o convite para liderar um novo ministério, do qual declinou.

A Lei Saraiva, como ficou conhecida, estabeleceu a eleição direta para o parlamento, eliminando o formato existente, em dois turnos; regulamentou as incompatibilidades, impedindo que autoridades fossem eleitas em suas regiões de atuação; determinou penalidades contra as fraudes eleitorais; alargou o direito ao voto aos estrangeiros naturalizados, a católicos e libertos; introduziu os títulos eleitorais, uma das principais inovações; proibiu o voto aos analfabetos; e introduziu mecanismos severos de verificação da renda exigida, 200\$000 réis anuais. Uma vez que teve importância significativa para aumentar a diversidade na representação parlamentar, essa lei foi responsável por restringir ainda mais a prática da

⁶⁶ FREITAS, 2020, p. 22.

⁶⁷ SISSON, 1999.

⁶⁸ O NOVO ministério. *A Época*. Teresina, ano 3, n. 109, 15 maio 1880, p. 1-2; POLÍTICA do conselheiro Saraiva. *A Época*. Teresina, ano 3, n. 123, 28 ago. 1880, p. 2.

cidadania pautada na exigência censitária.⁶⁹ No início da república, a Lei Saraiva foi substituída pelo Regulamento Alvim, que estabeleceu as normas para as eleições constituintes.⁷⁰ Segundo Clodoaldo Freitas, esse regulamento ressuscitou “o negregado sistema das eleições a bico de pena”,⁷¹ um dos vícios que viria a denunciar incansavelmente nas décadas seguintes.

Considerações finais

Os intelectuais fabricam as suas imagens, as de seu tempo e as de seus contemporâneos, exercício feito, tanto de forma consciente como inconsciente. Esse pressuposto atravessa a obra de Clodoaldo Freitas e em suas crônicas, poesias, romances e textos de não ficção encontramos um complexo conjunto de representações talhando acontecimentos e sujeitos, a partir de sua perspectiva. Ao se contemplar seus textos históricos, memorialísticos e biográficos percebe-se que foram produzidos como registros, destinados aos contemporâneos e, sobretudo, à posteridade, esta compreendida como “a instância máxima de julgamento, o lócus da justiça da história e da reabilitação dos injustiçados do presente”.⁷²

Em **Fatores do coelhado**, obra de natureza panfletária, esse aspecto é explícito. Nominalmente destinada à posteridade, na qual afirma recapitular com exatidão histórica as “angústias e sofrimentos” impostos aos democratas nos primeiros anos republicanos, o desejo por um julgamento é latente, sendo mencionado com frequência e como a única esperança para eles que, no ostracismo, resistiam à conjuntura persecutória. Somente na história poderiam esperar retratação, “onde os homens serão julgados pelas suas obras, não pelo seu poder”.⁷³

Entretanto, se à posteridade era atribuído o julgamento final, Clodoaldo Freitas não se eximia de fazer o seu. Em sua prática como historiador, ainda que pautado em documentos e assegurando fidelidade, utilizava-a para restaurar verdades, vingar os derrotados e expor os vícios dos vencedores. Essa análise, conforme argumentamos, dava-se a partir de uma métrica

⁶⁹ COELHO, Celso Barros. As leis de Saraiva. **Cadernos de Teresina**. Teresina, ano 12, n. 32, out. 2000, p. 15-19; CARVALHO, 2017a, p. 394; SCHWARCZ, 2019, p. 80.

⁷⁰ O Regulamento Alvim, aprovado por decreto em 23 de junho de 1890, estabeleceu as condições de elegibilidade para a Constituinte, a sua organização, a eleição indireta para presidente e delegou a sua realização, fiscalização e apuração aos conselhos de intendência municipais, que substituíram as câmaras municipais e foram formados a partir de indicações dos interventores republicanos em cada Estado. Dessa forma, estabeleceu-se amplo controle do processo pelos representantes do governo provi- sório, o que se refletiu em sua ampla vitória.

⁷¹ FREITAS, 2019, p. 51.

⁷² QUEIROZ, 2011, p. 349.

⁷³ FREITAS, 2019, p. 39.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

particular, na qual influíam suas experiências na vida pública. Através da história, o autor aproveitou para acertar as contas com aqueles que se opuseram a ele, aos seus e às suas crenças, selecionando acontecimentos e construindo narrativas permeadas de significados implícitos.

Ao buscar esses sentidos em **História de Teresina**, percebemos a elaboração de imagens vinculadas ao universo político que se relacionam com as experiências vivenciadas pelo autor e seus correligionários, fossem eles contemporâneos ou ascendentes. Levando-se isso em consideração, identificamos que, uma vez que Clodoaldo Freitas integrou uma família vinculada ao Partido Liberal e nele militou a partir de 1881, surgem imagens positivas de seus representantes, como José Antônio Saraiva, Franklin Américo de Meneses Dória e José Manuel de Freitas, personagens que tiveram suas trajetórias valorizadas através da exposição de seus atos, de elogios e de contrapontos aos adversários. Nesse mesmo viés, os políticos conservadores aparecem como exemplos acabados das corrupções imperiais, como as fraudes eleitorais, as perseguições aos adversários, as múltiplas formas de violência e de patrimonialismo.

Essas narrativas sobre o passado se apresentam como mecanismos de registro, mas também de divulgação do seu ideário político, estando elas inseridas em seu contexto de produção, à luz do qual se revestem de significados relevantes para se compreender sua escrita, seu tempo e as disputas de memória, afinal, ainda que parcialmente, justificam as escolhas tomadas, os personagens escolhidos e os argumentos adotados. Se à posteridade cabia o julgamento, Clodoaldo Freitas apresentava o seu, tratando-se de uma apreciação interessada e ressentida, mas que almejava a redenção.